

**A LITERATURA DE RUA NA INGLATERRA MODERNA: UMA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DA MULHER CRIMINOSA E DA BRUXARIA NO PANFLETO *THE MOST CRUEL AND BLOODY MURDER* (1606)**

**STREET LITERATURE IN MODERN ENGLAND: AN ANALYSIS OF THE REPRESENTATIONS OF THE CRIMINAL WOMAN AND THE WITCHCRAFT IN THE PAMPHLET *THE MOST CRUEL AND BLOODY MURDER* (1606)**

Jeane Carla Oliveira de Melo<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo pretende proceder a um exame analítico das representações da mulher criminosa e da bruxaria na Inglaterra Moderna a partir da literatura de rua, enfocando a narrativa do panfleto *The most cruel and bloody murder*, publicado em 1606 buscando compreender o papel desempenhado socialmente pelos impressos na construção de imagens misóginas no contexto da reforma dos costumes empreendida a partir do século XV na Europa.

**Palavras-chave:** Idade Moderna inglesa. Literatura de rua. Mulheres e bruxaria.

278

**Abstract:** The present article intends to carry out an analytical examination of the representations of women and witchcraft in Modern England based on street literature, focusing on the narrative of the pamphlet *The most cruel and bloody murder*, published in 1606 seeking to understand the role socially played by printed in the construction of misogynistic images in the context of the reform undertaking since the 15th century in Europe.

**Keywords:** Early Modern England. Street literature. Women and witchcraft.

### *Introdução*

Representações misóginas acerca da mulher na cultura ocidental expressas através de diversos campos dentre os quais destacam-se o literário e o pictográfico, não são exatamente uma novidade das sociedades contemporâneas. Para Delumeau (1989), em sua obra seminal, *A História do Medo no Ocidente*, o temor que a mulher causava aos homens possui uma longa tradição histórica, assentada em instituições tão diversas quanto distantes, mas fundamentada em larga escala na ideia da fêmea castradora e monstruosa, ligada aos mistérios da vida e da morte. Dentro de tais acepções, o masculino é representado pela cultura e o feminino, pela natureza –

---

<sup>1</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

**Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil**

incontrolável e selvagem. Essa associação ajudou a disseminar a imagem do homem como ser guiado pela razão ao passo que a mulher era considerada apenas como aquela dominada por seus instintos e tomada por impulsos, características bastante reforçadas na história da mãe-ogra e na figura da Medéia – personagens femininas que ocupam o campo do mítico, relacionadas ao ciclo da criação e destruição da vida. Refém da própria biologia, à mulher coube ser representada nas comunidades patriarcais através de um vasto repertório sexista e desabonador.

De acordo com Lopes (2012) e Delumeau (1989) o medo do sexo feminino não é de modo algum uma invenção cultural do cristianismo, uma vez que possui raízes históricas bem mais profundas; porém foram as religiões cristãs uma das responsáveis principais pela construção e fortalecimento de uma cosmovisão misógina atuante até o prelúdio do século XX. Embora o texto bíblico narre que as mulheres foram uma companhia constante para Jesus e importantes durante toda a sua trajetória (basta lembrar de Maria Madalena, das mulheres as quais testemunharam a sua ressurreição e de alguns ensinamentos que pregavam a igualdade: “homens e mulheres como uma só carne”), a tradição judaico-cristã, alimentada pelas estruturas patriarcais greco-romanas, as excluiu construindo um discurso teológico voltado para a *diabolização* da mulher (VASCONCELOS, 2005).

Segundo Ranke-Heinemann (1999), o ponto de partida da exclusão das mulheres pela Igreja Católica foi iniciado na leitura enviesada e masculinista do Gênesis, no qual a mulher, nascendo da costela do homem, deveria lhe devotar submissão. Para Santo Agostinho, a mulher possui uma humanidade inferior e é derivada do homem - esse representante perfeito da espécie humana, criado à semelhança de Deus. Espelho opaco da criação e Eva pecadora, a mulher começa a ser percebida como um ser impuro e responsável por desviar o homem da fé e das boas ações. Justificado por tal repertório, dentro das igrejas elas serão excluídas das práticas litúrgicas, vetadas das atividades de ensino e da participação na hierarquia clerical; apenas o silêncio e o uso do véu nas assembleias e cultos lhes serão permitidos.

Com efeito, durante toda a Idade Média outros teólogos cristãos irão contribuir para edificação de um imaginário simbólico de sujeição das mulheres – consideradas responsáveis pelo pecado original. Se estão próximas do pecado, também estão perto

**Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil**

da entidade causadora de todos os males: o diabo. O corpo feminino e o seu sangue menstrual são intensamente depreciados como exemplos de uma materialidade maléfica e imperfeita. Associado à impureza, o sangue da menstruação estava carregado de malefícios, sendo capaz de destruir metais, arruinar plantações e enfurecer animais (DELUMEAU, 1989).

A partir da Baixa Idade Média, em um processo paulatino de disciplinamento dos costumes, o casamento e a castidade serão os únicos caminhos permitidos às “filhas de Eva”. O primeiro porque é condição para a procriação, mesmo sendo considerado moralmente inferior por envolver o exercício sexualidade; e o segundo, a virgindade como exemplo de pureza carnal, espiritual e compromisso com Deus. A exaltação à Virgem Maria, personificado no culto mariano contribuiu para rebaixar a sexualidade feminina na medida em que idealizava a mulher e a punha para fora da realidade humana, sendo admirada apenas enquanto santa e mãe de Jesus (VASCONCELOS, 2005). Portanto, o medievo, com sua cultura letrada dominada por clérigos celibatários aprofundou visões misóginas sobre as mulheres, apontando-as como cúmplices de satã, ligadas às virtudes corruptoras. Todavia, é na Idade Moderna que este temor deixa de ser espontâneo para se tornar mais sistematizado a partir da invenção da imprensa e da reforma dos costumes.

Em termos historiográficos, cabe assinalar que a insurgência do tema – a produção social da bruxaria na Idade Moderna – também está inscrito na História das Mulheres, na interface com a Nova História e em diálogo com a epistemologia feminista (RAGO, 1998), vista aqui como um olhar de gênero para a história, capaz de lançar novos questionamentos e, por conseguinte, produzir novos problemas e passados:

Seria interessante, por fim, pensar como os deslocamentos teóricos produzidos pelo feminismo têm repercutido na produção historiográfica. A emergência de novos temas, de novos objetos e questões, especialmente ao longo da década de setenta deu maior visibilidade às mulheres enquanto agentes históricos, inicialmente a partir do padrão masculino da História Social, extremamente preocupada com as questões da resistência social e das formas de dominação política. Este quadro ampliou-se, posteriormente, com a explosão dos temas femininos da Nouvelle Histoire, como bruxaria, prostituição, loucura, aborto, parto, maternidade, saúde, sexualidade,

a história das emoções e dos sentimentos, entre outros (RAGO, 1998, p.34).

Nesse sentido, revela-se importante mapear as raízes culturais da misoginia na sociedade ocidental para entender, de modo abrangente, as permanências da demonização do sexo feminino nos ordenamentos contemporâneos, as quais ainda reverberam fortemente na própria história recente das políticas de gênero. Dito isto, examina-se a bruxaria em uma perspectiva atenta a historiografia moderna, buscando romper com imagens idealizadas e anacrônicas de um fenômeno social cuja ocorrência possui condições históricas ancoradas na edificação de um novo escopo de leis civis, bem como nas mutações vivenciadas pela cristandade europeia a partir do século XV.

*Misoginia, bruxaria e reforma dos costumes: uma relação de troca na Idade Moderna*

281

Já no final da Idade Média, a mulher passa de sexo demonizado apenas entre o clero católico para se transformar em um inimigo material a ser combatido por todos, leigos e eclesiásticos. Junto com os judeus, elas serão eleitas como potenciais inimigas pela sociedade europeia em transformação de suas estruturas religiosas, políticas e culturais. A figura do diabo será profundamente acionada para disciplinar e normatizar comportamentos, sobretudo após as reformas religiosas. O medo se converterá em um poderoso instrumento civilizador e a reforma protestante reforçará a crença tanto em um Deus severo e vingativo quanto na imagem de um diabo mundano, localizado sempre à espreita da humanidade.

Para Muchembled (2001, p.144) “*esse mecanismo de personalização e de interiorização do pecado foi o fundamento mesmo da modernização do Ocidente*”. Em um mundo atravessado por catástrofes como guerras, fome e doenças, não foi difícil atribuir a culpa a ação direta de Satã sobre a humanidade ou a enxergar os martírios e moléstias as quais recaiam sobre os homens como punição divina. E o autor continua: “*o período entre 1550-1650 foi o da construção de um modelo diabólico muito sólido e muito angustiante, nas condições perturbadas de uma Europa retalhada pelas guerras de religião*” (MUCHEMBLED, 2001, p.196).

**Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil**

O fatalismo e o pessimismo estavam na ordem do dia. As populações camponesas se sentiam vulneráveis espiritualmente diante de um contexto histórico turbulento. Em um universo de aculturação das massas, cuja obediência à norma social se confunde com salvação divina, as práticas de confessionalização (entendidas como instrumentos da reforma dos costumes) serão estimuladas como forma de adesão a uma nova ordem e construção de novos sentidos. O sexo feminino, portanto, será o bode expiatório ideal de uma sociedade que buscava incessantemente os culpados por seus infortúnios – sejam eles concretos ou inventados. Se a mulher, considerada “cúmplice de Satã”, portava o mal responsável pelas mazelas vivenciadas, era lícito supor que, assim como o demônio, ela deveria também ser prontamente combatida.

Nesse conjunto de mudanças responsáveis por caracterizar a transição do medievo para o mundo moderno, os discursos médico, jurídico e eclesiástico estavam permeados por afinidades profundas, atuavam como cadeias de autoridade e guardavam uma intensa misoginia entre si uma vez que reafirmavam o status da inferioridade feminina (DELUMEAU, 1989). Retomando a tradição agostiniana, tais discursos, enunciados sobretudo por demonólogos e homens da justiça, vão operar com uma imagem de feminino intrinsecamente perigoso a manutenção da ordem; consideradas com características que beiravam o animalesco, sobretudo em relação à sexualidade, a mulher, através dessa perspectiva era capaz de causar a desordem no mundo, por isso, os esforços por classificá-la como desviante e promover o seu enquadramento sob a tutela das instituições – tanto laicas como religiosas. Por meio destas justificativas se iniciará a caça às bruxas através de duas formas: como heresia a ser julgada nos tribunais eclesiásticos (Europa continental) e como crime sentenciado pelo Estado (Inglaterra e Escócia).

Desde o século XII a perseguição empreendida às seitas consideradas heréticas (como a dos cátaros e valdenses) vão contribuir para a construção do conjunto de práticas as quais serão condenadas pela Igreja Católica, formando assim o escopo responsável em identificar *heresias* que aos poucos irão se transformando em *bruxarias* – associadas a atividades majoritariamente femininas. Paulatinamente o rol de práticas bruxólicas começava a ser delineado. Orgias noturnas, invocação de espíritos malignos, adoração e homenagens ao demônio por meio de um pacto

**Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil**

implícito ou explícito, sacrifícios humanos, renúncia à fé cristã, profanação de símbolos sagrados como crucifixos e a realização de sabás (em uma clara interpretação antissemita do sábado judaico) serão as práticas/acusações que vão definir cabalmente o exercício da bruxaria como uma conspiração *nefasta* contra a Igreja.

Pensar a caça às bruxas ocorrida na Europa durante os séculos XV a XVIII é ter em conta que este processo se deu de modo diverso, variando geograficamente, com temporalidades e ritmos distintos, em que pese também os contextos legais e as especificidades religiosas das culturas locais. O auge da perseguição à feitiçaria ocorreu entre 1580 a 1640; nas áreas onde não houve reforma protestante, como Portugal e Espanha, a Inquisição estava mais preocupada em perseguir judeus do que as bruxas, e, ainda que elas tenham sido inquiridas, foram em um número significativamente menor do que em outros países da Europa como França, Sacro-Império (Alemanha), partes da Itália, Suíça, Inglaterra, Escócia, Países Baixos e mais tardiamente, Escandinávia.

283

Os métodos empregados pelos inquisidores se baseavam em interrogatórios mediados por práticas de tortura para obtenção das confissões. Eram procedimentos voltados para dificultar a inocência dos acusados e para facilitar a prova da culpa (RUSSEL & ALEXANDRE, 2019). Os tribunais inquisitoriais, episcopais ou seculares julgavam os casos por meio destas confissões e frequentemente a própria pessoa acusada era levada a denunciar outros “cúmplices”, aumentando consideravelmente o número de pessoas inquiridas e condenadas. A caça às bruxas, é, indubitavelmente, uma liturgia pública do medo.

Não é exagero afirmar o quanto havia de interesse na ocorrência destes julgamentos, uma vez que os bens dos condenados eram confiscados pelos juízes e inquisidores. Por fim, percebe-se que a figura da bruxa de fato tinha se tornado um elemento perigoso e desestabilizador da sociedade cristã. Um dos documentos mais importantes do período será o *Malleus Maleficarum*. Publicado em 1486 (após um pouco menos de três décadas da invenção da imprensa) e escrito pelos padres dominicanos Heinrich Kramer e Jakob Sprenger, o *Malleus* (O Martelo das Feiticeiras) oferecia uma estrutura intelectual na qual estavam dispostos elementos capazes de orientar os inquisidores e demonólogos em seus interrogatórios. Verdadeiros diretores

**Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil**

de consciências, estes tratados demonológicos junto com os sermões (bastante populares após o século XIII) contribuirão substancialmente para uma compreensão marginalizante do feminino, desqualificando a mulher de todas as formas.

A imprensa, portanto, terá um papel bastante profícuo, no sentido de difundir estereótipos sexistas a partir da intensa divulgação de litânias misóginas das mais variadas naturezas. Em determinados impressos, uma espécie de teologia popular começava a ser ensinada à medida que um maior número de pessoas se alfabetizava. Publicações as quais reforçavam a capacidade do diabo em disseminar o pecado na humanidade – sendo a mulher o próprio vetor desse mal. O pavor socialmente construído em relação a elas - que agora passam a ser reconhecidas como bruxas ou criminosas, com efeito, fora difundido também pelas produções literárias, cada vez mais consumidas por um público leitor em expansão.

*Representações da mulher criminosa e da bruxaria na literatura de rua inglesa: análise do panfleto *The most cruel and bloody murder* (1606)*

284

Na Idade Moderna, o panfleto era um artefato cultural oriundo do número crescente de oficinas de impressão que surgiam na Europa Central. Segundo Wiltenburg (1992) no final do século XVI, a Inglaterra possuía uma indústria de impressão consideravelmente sólida, instalada em grandes centros urbanos como Oxford e Cambridge, mas principalmente na metrópole - Londres. A referida autora também enfatiza o quanto a leitura nas áreas reformadas era maior do que nas áreas católicas. Além destes folhetos, a literatura de rua era transmitida através de outros suportes populares de significativo alcance oral, como baladas, brochuras e *canards* (França). Na Inglaterra, a expansão desta literatura data desde o final do século XVI, estabelecendo-se no século seguinte.

O panfleto se diferenciava do livro tradicional em inúmeros aspectos. Com tamanho e formato menores, possuía geralmente poucas páginas, sendo mais barato e impresso em papel de menor qualidade. Produzidos para consumo imediato, vendidos por ambulantes e em esquinas, injetavam uma maior dinamicidade comercial ao mercado livresco. Por custarem menos e serem mais acessíveis, por



**Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil**

consequente, o público leitor também era significativamente maior, considerando que a leitura se configurava também através de uma prática social pública, estando passível portanto, de inúmeras assimilações e interpretações (RAYMOND, 2003).

Como universo cultural múltiplo e historicamente situado, a literatura não é o espelho fiel da realidade; aliás, nenhuma criação literária pode ser compreendida de modo literal e unívoco; antes de tudo interessa aos historiadores e historiadoras acessar os ricos repertórios culturais e representações sociais - como, por exemplo, a presença das emoções (entendidas como fenômenos socialmente construídos) podem ser traduzidas no espaço público por meio da escrita (BODDICE, 2018). No caso específico da literatura de rua que circulou na primeira modernidade inglesa, é possível vislumbrar em perspectiva a cultura popular da época e perceber de modo bastante singular os atravessamentos políticos, sociais e eclesiásticos presentes no escopo dos textos.

Os panfletos comumente possuíam um caráter sensacionalista voltados para o entretenimento dos cidadãos (embora também circulassem em áreas rurais, com menos intensidade); e são anteriores ao surgimento da imprensa periódica em vários países europeus; por vezes reportavam crimes e condenações reais, acrescentando-lhes um maior número de detalhes com alterações de nomes, datas, lugares e idades dos personagens. A literatura de rua colaborou para sedimentar o processo de transformações sociais e de reforma dos costumes em populações cuja cristandade encontrava-se dividida entre católicos e protestantes, ao mesmo tempo que fortalecia a atuação do Estado na vida cotidiana.

A leitura constituía-se como uma prática social pública; deste modo, pessoas alfabetizadas e não-alfabetizadas poderiam tomar parte dos relatos dos panfletos, filtrando-os a partir de seus próprios repertórios simbólicos. Tais narrativas, mesmo gozando de pouco prestígio literário, azeitavam o imaginário popular com notícias espetaculosas de crimes e histórias mirabolantes os quais certamente causavam impactos sociopolíticos através da recepção (ativa) de sua audiência (LIEBEL, 2015).

O panfleto cuja temática se voltava para as histórias de delitos e assassinatos, costumava basear-se em uma ficção portadora de discursos moralizadores e moralizantes; os culpados eram sentenciados conforme as leis jurídicas e eclesiásticas; anunciavam, portanto, um tipo de ordenamento social em que o



**Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil**

protagonista era o Estado. Para Hill (2009), as histórias de assassinatos foram mais popularmente consumidas à medida que os próprios tribunais começaram a judicializar os delitos e crimes relatados posteriormente nos folhetos.

Assumindo todas as características acima elencadas, o panfleto *The most cruel and bloody murder* foi publicado em Londres em 1606, possuindo vinte e duas páginas com numeração impressa, produzidas com fonte tipográfica em *blackletter* também conhecida por letras góticas. Ressalta-se também o quanto a fonte do título e a fonte do miolo do panfleto são distintas. O título é destacado em três tipos de caixa-alta ressaltando as primeiras palavras, com vistas a obter um maior apelo dramático e diversidade visual ao visibilizar os adjetivos “cruel e sangrento” (Figura 1). A função, portanto, orientava-se por hierarquizar o significado das palavras. Na sequência, a mesma estratégia continua no restante da chamada, com destaque para as frases “sobre o corpo de uma criança” e “com as várias feitiçarias”. Os nomes próprios como Anthony James e Bishops Hatfield, aparecem destacados em *itálico*.

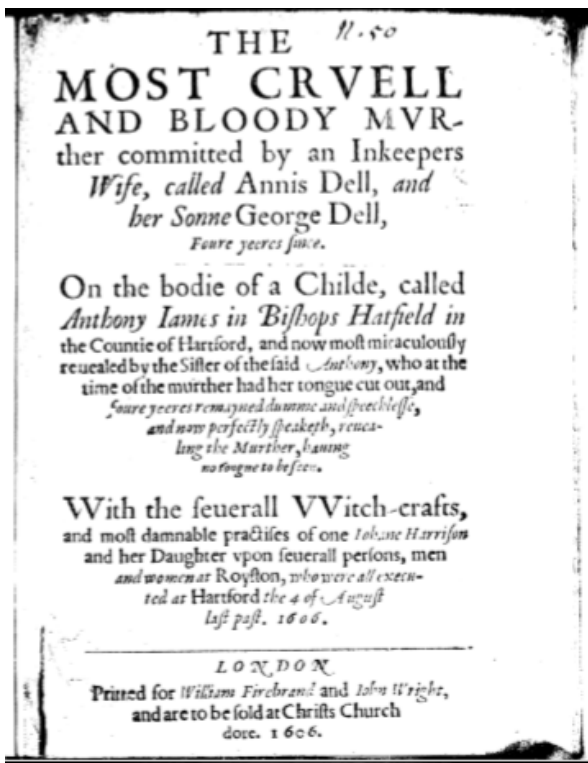


Figura 1: Frontispício do panfleto.

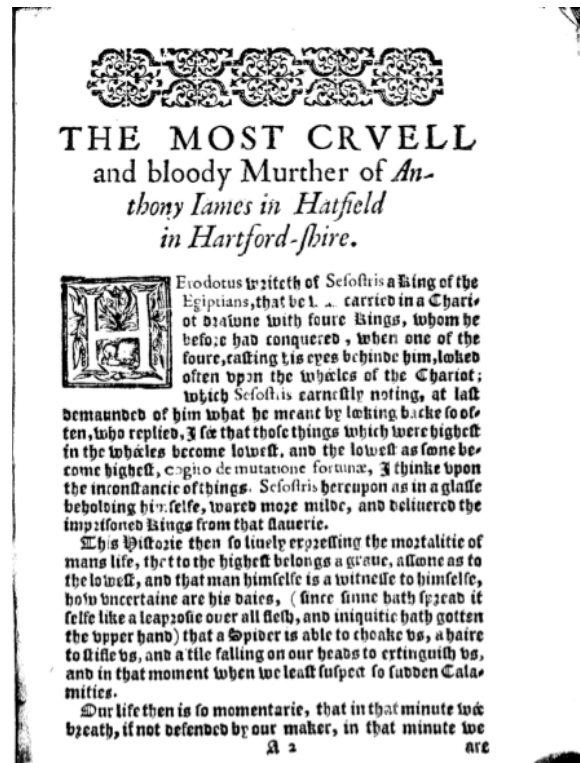


Figura 2: Primeira página.

**Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil**

Ao longo do folheto, na página inicial estão apontadas duas pequenas ilustrações (Figura 2), referentes a primeira letra maiúscula do parágrafo introdutório do texto portando a letra “H” de Heródoto. Situadas na margem esquerda, são as chamadas “letras capitulares” romanas com o fundo ao estilo *criblé* (fartamente decoradas e que chegavam a ocupar várias linhas da página). Essa representação gráfica da letra maiúscula guarda relações de proximidade com a arte romana e as iluminuras medievais. É possível perceber também uma xilogravura trazendo uma sequência horizontal de estampa gráfica em formato de borda atuando como uma leve moldura e ornamentando acima o título. É um padrão de produção visual e literária comuns a impressos publicados no fim do século XVI e início do XVII (MEGGS & ALSTON, 2009).

Vale destacar que as ilustrações encareciam os impressos uma vez que demandava também maiores custos de reprodução, resultando em materiais mais caros. Estas xilogravuras faziam parte de um repertório de cultura visual bastante explorado; em uma sociedade pouco alfabetizada, a imagem possuía um potencial pedagógico significativo. William Firebrand e John Wright (conhecidos livreiros londrinos do século XVII) figuram como os impressores responsáveis pela fabricação do panfleto. Há também a informação acerca do local onde o impresso será vendido: *na porta da Igreja de Cristo*. Todos estes elementos estão apontados no frontispício.

Possui o longo título de: *O mais cruel e sangrento Assassinato cometido pela esposa de um estalajadeiro, chamada Annis Dell, e o filho dela, George Dell, há quatro anos sobre o corpo de uma Criança, chamada Anthony James, em Bishops Hatfield, no Condado de Hartford, e que agora foi milagrosamente revelado pela irmã de Anthony, a qual no momento do assassinato teve sua língua cortada fora, e que permaneceu muda e sem fala durante quatro anos, e agora fala perfeitamente, revelando o Assassinato, não possuindo língua. Com as várias feitiçarias, e as mais abomináveis práticas de uma tal Johane Harrisson e sua Filha sobre várias pessoas, homens e mulheres em Royston, que foram todas praticadas em Hartford no dia 4 de agosto passado. 1606<sup>2</sup>* (tradução livre).

---

<sup>2</sup> Título original: “*The most cruell and bloody murther committed by an Inkeepers wife, called Annis Dell, and her sonne George Dell, four yeeres since On the bodie of a childe called Anthony James in Bishops Hatfield in the countie of Hartford, and now most miraculously revealed by the sister of the said Anthony, who at the time of the murther and her tongue cut out, and four yeeres remayned dumme and*”

**Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil**

Reunido em um livro intitulado *Blood and Knavery: A Collection of English Renaissance Pamphlets and Ballads of Crime and Sin* contendo relatos de outros panfletos publicados durante a renascença inglesa, foi compilado em 1973 pelos pesquisadores britânicos Joseph Marshbeurn e Alan Velie. É inspirado em uma história de crime ocorrida na Inglaterra, no condado de Hartford, quando em 1606, uma mulher chamada Agnes Dell foi condenada pelas instituições inglesas junto com seu filho pela morte de um garoto.

O autor é anônimo, porém, como aponta Sandra Clark (2003), considerando o conhecimento jurídico e eclesiástico mobilizados na elaboração do relato é possível considerar que o *pamphleteer* seja alguém ligado à igreja ou a atividades legais. E por fim, a narrativa também reporta uma segunda história a qual retrata a condenação de Johane Harrison e sua filha, por bruxaria. Os dois breves enredos presentes no panfleto serão analisados ao longo deste artigo que buscará identificar a composição de um repertório misógino encarregado de associar as mulheres a crimes hediondos e a prática da bruxaria.

288

*Crime e inocência representados nas personagens Annis Dell e Elizabeth James*

A narrativa deste panfleto inicia com um prólogo erudito evocando Heródoto. A passagem é ilustrada com uma frase em latim (*cogito de mutatione fortuna*). A referência a história grega indica o quanto o impresso era possivelmente voltado para o consumo de um público mais letrado. Há uma longa reflexão de cunho moralizante acerca daqueles que desagradam a vontade divina seja por ambição desmedida, seja por corrupção, vaidade e, por isso acabam condenando a própria alma a receber a morte como *salário do pecado*.

Os personagens principais começam a ser apresentados. Anthony James é descrito como um *yeoman* (pequeno proprietário de terras), que ficou rico às custas do seu trabalho e gozava de boa reputação na vizinhança. Em sua juventude, o

---

*speechelesse, and now perfectly speaketh, revealing the murther, having no tongue to be seen. With the severall witch-crafts, and most damnable practices o fone Johan Harrison and her daughter upon severall persons, men and women at Royston, who where all executed at Hartford the 4. of august las past”.*

**Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil**

homem se casa com Elizabeth James, descrita como esposa obediente, diligente e atenciosa. O casal vivia em tamanha harmonia a ponto de serem comparados aos personagens bíblicos de Abraão e Sara. A felicidade conjugal lhes gerou dois filhos, um menino e uma menina, que receberam os mesmos nomes dos pais. As crianças tinham quatro e oito anos, respectivamente. O enredo revela também que a mãe esperava o terceiro filho quando o crime aconteceu.

Sendo um patrão bondoso, o *yeoman* permite que a sua criadagem compareça a uma feira em Essex. A família permanece sozinha na casa e é nesse momento de relaxamento da vigilância que uma gangue de dez pessoas invade a propriedade, fazendo todos reféns. Dos dez invasores, havia uma única mulher e é justamente ela a responsável por encabeçar o grupo criminoso. Seu nome não é revelado. Após a pilhagem das riquezas encontradas na casa, Anthony James (pai) é morto esfaqueado por punhais; sua esposa é logo depois assassinada com requintes de crueldade pela chefe do grupo. O ventre grávido de Elizabeth James é ferido mortalmente por uma arma pontiaguda, culminando em sua morte como também da criança a qual levava dentro de si. Visto como o “*crime mais odioso*” cometido por uma mulher, a líder do bando criminoso é evocada pelo panfleto como uma “*parteira trágica*” por ter produzido um sombrio infanticídio.

Após o crime, a gangue se dispersa. Os filhos pequenos do casal assassinado tiveram suas vidas poupadas e são levados por três pessoas do bando, dois homens e a mulher, para o condado de Hartford, próximo de Londres. Hospedam-se em uma estalagem conhecida como a Casa dos Dell, pertencente a uma família composta pela mãe Annis Dell, pelo marido cego e por um filho jovem, George Dell. Neste lugar convencem a dona da pousada junto com seu filho a participarem dos próximos crimes, o qual contarão com assassinato do menino Anthony James, que morrerá degolado tendo seu corpo jogado em um rio e, da mutilação de sua irmã, Elizabeth James, que terá a sua língua cortada como forma de impedi-la de servir como testemunha dos crimes.

O panfleto passa a descrever o martírio vivido pela menina Elizabeth James durante os próximos quatro anos após os crimes. Sem língua e incomunicável, ela é entregue a um mendigo em troca de uma moeda, mas ele a abandona em uma floresta de Hartford. A menina começa a mendigar por vários condados e algumas pessoas

**Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil**

bem-intencionadas a ajudam. Um certo dia pede esmolas na porta da casa de um cirurgião-barbeiro que lhe trata os ferimentos da boca, sarando-a.

E aqui o autor, neste ponto do relato, faz uma digressão, retornando ao assassinato do irmão de Elizabeth. Após três semanas que foi jogado no rio, o corpo do menino é encontrado; no entanto, ninguém reivindica a sua paternidade. Testemunhas asseguravam que a criança tinha sido vista na estalagem de Annis Dell. Os juízes locais abrem um inquérito para apurar o crime, convocando por quatro anos e diversas vezes a própria Annis Dell que negava tanto que a criança esteve hospedada em sua estalagem quanto que tivesse participado do crime. Seus depoimentos não eram convincentes, mas na ausência de provas mais concretas, ela sempre era liberada. A vizinhança também a considerava uma mulher honesta, contribuindo para a presunção de sua inocência.

Após quatro anos em peregrinação de mendicância, a sobrevivente Elizabeth James chega em Hatfield – local dos crimes e reconhece de imediato a estalagem de Annis Dell. A menina começa a ter reações as quais chamavam a atenção de todos e com gestos desesperados tentava dizer que naquele lugar haviam cortado a sua língua e matado seu irmão. A reação considerada estranha desperta a curiosidade do oficial de justiça que lembra que Annis Dell estava sendo investigada tempos atrás pelo sumiço de um garoto. Para tirar a dúvida se de fato a criança encontrada no rio há quatro anos era mesmo o irmão de Elizabeth, um dos oficiais de justiça do condado resolve mostrar o casaco verde do seu falecido irmão – o qual ela reconhece imediatamente.

O autor do panfleto lança então uma reflexão moralizadora diante do crime agora elucidado: era mais honroso permanecer em uma pobreza honesta do que uma riqueza obtida pela ganância e ambição. Fazendo isso há uma condenação moral de Annis Dell, que *perdeu sua alma* ao aceitar ser cúmplice e mandante de um assassinato. Sua riqueza e prosperidade de nada valiam porque a sua alma já havia sido perdida pelo pecado.

A menina, agora sob os cuidados de uma benfeitora designada pela justiça local, vivencia o milagre que lhe dá de volta o poder da fala. Ao brincar com outra criança e escutar o galo cantar, Elizabeth recobra o sentido que tinha sido perdido com a extirpação da sua língua. O galo aqui é mencionado como uma ave mensageira

**Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil**

de Deus – a mesma ave a qual fez Pedro reconhecer seu pecado em negar Jesus (ORLIN, 2001). O primeiro ato de Elizabeth, agora possuindo o recurso da fala, é relatar quem foram os assassinos de seu irmão. Os juízes de paz cavaleiros a examinam minuciosamente para saber se a menina estava falando a verdade porque disto resultará na condenação de duas pessoas. Para assegurar o quanto a garota não estaria difamando os Dell, Elizabeth James é então testada das mais diversas formas e se conclui, portanto que seu relato é verdadeiro.

O caso chama atenção das pessoas vindas de toda parte da Inglaterra para testemunharem o milagre de Elizabeth; o julgamento é iniciado a partir das acusações da garota. Annis Dell e seu filho voltam a negar que tenham cometido algum crime. As testemunhas foram novamente chamadas e voltaram a afirmar que tinham visto o menino na estalagem um dia antes da sua morte. Os vizinhos, por sua vez, acrescentaram o quanto o falecido marido de Annis vivera infeliz com ela e dizia com frequência que um dia ela seria desmascarada. Com essas evidências, o júri decide pela condenação dos Dell - que recebem com frieza a sentença sem admitirem a culpa e participação nos crimes.

Annis Dell nada fala ou explica. Seu filho a indaga se realmente ele é culpado, já que vai morrer porque a “*lei caiu sobre ele*”. A mãe apenas diz que o filho deve aceitar o seu destino. O rapaz passa o resto do tempo o qual possui orando e cantando salmos, dando indícios de seu arrependimento e de buscar sua salvação pelo cristianismo, diferente de Annis Dell que se mantém em silêncio. Ao serem executados no ano de 1606, seu único pedido foi ver o filho morrer primeiro. Sua solicitação foi atendida. Após a punição exemplar dos culpados, o texto informa que a morte do jovem foi a mais lamentada, ainda que antes da cumplicidade no infanticídio, sua mãe tenha sido bem quista pela comunidade.

Deste modo, passamos para algumas observações acerca de determinados elementos presentes no panfleto “*The most cruel and bloody murder*”. É possível perceber a existência de uma estratégia discursiva tão pedagógica quanto maniqueísta para exortar as pessoas boas e condenar as más. A misoginia empresta a tônica dominante do enredo. As mulheres possuem um protagonismo às avessas e são as mentoras dos piores tipos de crimes. São elas que chefiam gangues, executam e orientam assassinatos; cruéis e incapazes de remorsos e arrependimentos,



**Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil**

configuram-se como violadoras de seus papéis sociais, restando apenas a punição exemplar da morte.

As representações femininas presentes no texto giram em torno da boa e honesta moça *versus* a mulher animalesca, que age sem remorso ou culpa. Elas, portanto, cometem crimes com mais ardis; a chefe da gangue mata uma esposa grávida junto com o bebê, dilacerando a sua barriga. Também corta a língua de uma menina inocente. Os adjetivos utilizados para descrevê-la são: *fêmea monstruosa, vagabunda, maldita tigresa, terrível diaba, prostituta, loba, “a mais maldita de todas”*. Palavras as quais carregam uma semântica cultural construída historicamente e que se tornaram uma forma tão habitual quanto violenta de referenciar o sexo feminino (DELUMEAU, 1989). Se os discursos médico, legal e religioso da primeira modernidade abordavam as mulheres como débeis, frágeis, incapazes, menos racionais e por isso também mais propensas a maldades, por que a literatura as reportaria de outro modo?

Annis Dell é a viúva má, gananciosa, fria, calculista e sem remorso, que põe o filho em pecado ordenando o assassinato uma criança. Também foi responsável por fazer seu marido viver na infelicidade. Ou seja, ela desvia da função de esposa obediente, passiva e diligente com a família, emasculando os homens à sua volta e pervertendo o lugar da boa mãe. De acordo com Delumeau (1989), inúmeras representações na literatura e na iconografia produziram associações entre a figura da viúva à mulher “feia” e “velha”, comumente ligada a vícios e aliadas preferenciais de Satã. Ausentes da governança de um marido e sem um controle patriarcal mais direto, essas mulheres eram consideradas perigosas, algo que as faziam serem hostilizadas e marginalizadas em suas comunidades (CLARK, 2006).

No tocante as representações acerca da justiça, é nítida a ideia de que não há nada do qual possa ficar *impune diante dos olhos de Deus e da justiça dos homens*. Na Europa, a transformação das formas jurídicas será um dos elementos estruturantes da reforma dos costumes nos séculos XVI e XVII (BURKE, 2010). O Estado se faz presente no cotidiano das pessoas através da ação de juízes e oficiais de justiça. No panfleto é notória a associação de ambos - leis divinas e jurídicas que colaboraram na elucidação do crime e condenação dos assassinos. Mais uma vez, a pedagogia social, disciplinadora e moralizante é acionada, atuando como um poderoso instrumento de



**Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil**

controle das pulsões nas camadas populares uma vez que será a justiça institucional e não a vingança pessoal o dispositivo capaz de estabelecer a paz e reequilibrar a ordem.

*Johane Harrison e sua filha: figurações da bruxaria e perversão materna*

A segunda história do panfleto inicia apresentando as duas mulheres condenadas, Johane Harrison, a mãe e sua filha A. Harrison, também em agosto de 1606 em Hartford, Inglaterra. Foram executadas por cometerem “*bruxaria odiosa*”. Moravam em Royston, condado de Hartford. Há tempos eram suspeitas de cometerem malefícios. Certo dia oficiais de justiça revistam a sua casa e encontram instrumentos que serviram como prova da qual Johane estava ligada com bruxaria. Ela confessou o quanto toda a parafernália descoberta lhe auxiliava em suas práticas de feitiçaria. De acordo com autor, a descoberta do material por si só já é suficiente para considerá-la culpada.

Ao abrir seu baú, o oficial de justiça encontra ossos e cabelos humanos, além de um pergaminho com desenhos de articulações, artérias e um coração humano. Após ser confrontada por várias testemunhas, ela admite que seu poder era o de causar dor a qualquer pessoa espetando agulhas no pergaminho, nas partes correspondentes ao corpo do desafeto. Também confessa a existência de dois espíritos habitando dentro de si: um responsável por fazer mal as pessoas e outro por matar o gado. No texto descreve-se o quanto as dores que ela poderia causar com a prática eram relatadas como insuportáveis, fazendo com que as vítimas desejassem a morte.

Os casos de pessoas atingidas pelas maldições perpetradas por Johane Harrison e sua filha são perfilados um a um. No primeiro deles, um vizinho entra em discussão com ela, chamando-a de “*bruxa velha*”. Ela responde com uma ameaça e lança o malefício. O “*homem honesto*” começa a sentir perturbações físicas pelo corpo após o contato com Johane, alternando sensações de frio e calor e sentindo seus membros se destruindo, “como se o diabo o estivesse torturando”. Nenhum médico podia ajudá-lo e nada lhe trazia alívio. Um amigo então o convence de que poderia

**Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil**

reverter o efeito do feitiço arranhando o rosto de Johane, fazendo-a sangrar. É armada uma emboscada para a suposta bruxa, que teve o rosto ferido pelo *yeoman*. O fazendeiro melhora, mas é acusado de cometer um delito. A filha de Johane o denuncia pela agressão à sua mãe, e, em consequência disto, o homem terá de pagar uma determinada quantidade de dinheiro a mulher. Depois de quitar a dívida, ele morrerá pouco tempo depois – a crença geral atribuiu a sua morte em virtude dos malefícios que recebera.

O segundo caso de bruxaria descrito no panfleto é cometido pela filha de Johane Harrison, apresentada apenas com as iniciais de A.H – que assim como a mãe, incorre na prática de amaldiçoar seus desafetos. Passemos aos seus delitos. Uma jovem lavava roupas na porta de sua casa quando a água respingou em A. Harrison. Bastou isso para a mulher se aborrecer e lhe lançar um malefício; “*you jogou água em mim e vou me vingar disso*”. A lavadeira lamentou a ofensa, mas continuou seus afazeres. De repente, ouve um barulho dentro de casa e encontra o berço do seu bebê arremessado contra a parede e quebrado, matando a criança. Aqui o autor também lança outra reflexão moralizante: fala o quanto o diabo tem imenso poder sobre as pessoas malditas e elas não poupam sequer crianças inocentes do seu ódio.

O terceiro caso consiste no relato da maldição lançada por A.H à filha de um homem rico da cidade, irmã de um “*bom yeoman*”. Deste modo, um íncubo (espírito diabólico masculino) passa a habitar no corpo da moça. Seu irmão consegue libertá-la do feitiço. A bruxa, ao saber que seu feitiço foi quebrado, lança outro malefício, desta vez para o gado da família, acarretando a morte de todos os animais. O narrador aponta que essa história foi reportada no dia do julgamento da mulher, mas que os oficiais de justiça consideraram tudo como uma “*grande fábula*”.

O quarto e último caso de bruxaria de Johane Harrison é relatado com um certo ar de comicidade. Um rapaz descrito como bonachão e boêmio, conhecido por amar a cerveja, certa vez estava em uma taverna quando decide provocar Johane, chamando-a de *bruxa, feia* e que seu hálito fétido poderia estragar até a mais doce das bebidas. Johane responde as provocações do homem lhe jogando uma maldição, afirmando o quanto ele terá problemas quando for expelir a bebida. Depois disso, a bruxa vai embora da taverna. Quando o rapaz se levanta para urinar, percebe um

**Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil**

caroço grande em seu pênis, entra em desespero e se dá conta de que foi “*desfeito*” pela mulher. Mesmo com dor, mas acompanhado por outras pessoas da comunidade, no dia seguinte vai à procura da bruxa, a qual havia fugido. Ele a encontra na estrada e quase “*arranca os seus olhos fora*” levando-a de volta para a cidade. Por esse caso e outros, Johane Harrison foi junto com a filha, julgada e “*morta merecidamente por seus crimes*” no dia 4 de agosto de 1606.

A bruxaria passa a ser considerada um delito na legislação inglesa a partir de 1542, sendo reafirmada posteriormente nos estatutos legais de 1563 e 1604. Este último, promulgado pelo Parlamento sob governo de James I, promoveu um maior endurecimento no tocante às acusações de bruxaria. Vale ressaltar que o próprio James I, na época Jaime IV, rei da Escócia, escrevera no final do século XVI um pequeno tratado chamado *Daemonologie* quando acreditava ter sido vítima de uma trama diabólica no qual desconhecidas bruxas foram consideradas as responsáveis por dificultar seu casamento com Anna da Dinamarca.

Para Thomas (1991), a bruxaria na Inglaterra assumiu algumas peculiaridades distintas da Europa continental, pois “a crença na bruxaria pode ser definida como a atribuição do infortúnio a um agente humano oculto” (THOMAS, 1991, p. 355). Nesse sentido, a prática bruxólica neste país estava ligada ao *maleficium*, isto é, a capacidade de causar dano e ferir a outrem.

Através do panfleto é possível vislumbrar essa característica, pois Johane Harrison e sua filha transmitiam suas “influências malignas” a partir da palavra e da mirada lançadora de maldições, enfeitiçando as pessoas. As bruxas de Royston também mantinham instrumentos para lhes auxiliar nas feitiçarias maléficas, utilizando-se de materiais humanos (ossos e cabelos) e alfinetes para causar sofrimento e prejudicar inimigos. Também é possível identificar na história a presença do pacto diabólico a partir da confissão de culpa de Johane – admitindo a existência de dois espíritos habitando nela, destinados a causar malefícios a pessoas e animais.

Outro ponto significativo diz respeito à questão da perversão da figura materna. Johane Harrison era bruxa e sua filha também, o que indica que a mãe iniciou a sua filha na bruxaria. Há várias passagens no *Malleus Maleficarum* que fazem alusão a uma das formas de afirmação do pacto demoníaco, o qual se dava através das relações sexuais com o incubo e os filhos gerados de tais intercursos seriam os mais

**Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil**

dispostos para as obras diabólicas, criando, portanto, homens e mulheres vocacionados para as práticas maléficas. Mães compactuadas com o demônio corrompiam as filhas, havendo também outra forma de se produzir uma bruxa: oferecer uma criança ao mal por sua parteira, no momento do nascimento (KRAMER & SPRENGER, 1991). De qualquer modo, nessa passagem do texto é possível perceber a má influência que a bruxa possui sobre a sua prole atuando como agente satânico no seio das próprias famílias.

*Considerações finais*

A literatura de rua da primeira modernidade inglesa, materializada na forma de panfletos portam interpretações as quais representam e expressam as construções sociais e culturais de mulheres hierarquizadas entre bondosas e maléficas. Essa produção literária feita para o entretenimento e para o consumo rápido, reforçava no imaginário popular a demonização dos sujeitos já marginalizados, como mulheres pobres, solteiras, viúvas e idosas. Os relatos de assassinatos e práticas de feitiçarias oferecem uma importante massa documental acerca das relações de gênero bem como se configuram em suportes privilegiados a reunir representações sobre crime, pecado, punição, redenção, maternidade e família que circularam na sociedade europeia moderna.

Ressalta-se também o quanto o sexo feminino na literatura de rua era majoritariamente representado e descrito por homens cultos pertencentes as classes sociais mais altas; há, portanto, um enquadramento masculino acerca das imagens simbólicas construídas sobre elas (LIEBEL, 2015). Deste modo, as mulheres eram lidas através do olhar dos homens, que por sua vez, as encaixam nas novas e rígidas ordens patriarcais as quais estavam se formando a partir do final da Idade Média.

E a literatura também contribuiu para fomentar na cultura popular imagens acerca da bruxa. Todavia, cabe assinalar que a bruxaria é um fenômeno temporal complexo envolvendo Estado, leis e igreja ao criar e instrumentalizar as ansiedades das populações camponesas e urbanas na direção de uma nova ordem social. Nas narrativas dos panfletos estava presente a punição daquelas desviantes de modo a

**Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil**

reforçar pedagogicamente determinados valores para uma ampla audiência. A partir desta ótica, as mulheres eram consideradas potenciais más influências para suas famílias. Tanto *Annis Dell* quanto *Johane Harrison* pervertiam a natureza materna orientando seus filhos para crimes e bruxarias, respectivamente. Abalavam a comunidade quebrando suas hierarquias internas, trazendo desordem e perturbando a paz comum.

Fêmeas monstruosas, desordeiras, megeras, elas encarnavam o oposto da “boa esposa”, passiva, obediente e devotada à família. A Idade Moderna europeia dos séculos XVI e XVII constrói um sistema de controle e enquadramento da sexualidade feminina e, através da invenção da imprensa aprofunda de modo inédito o alcance e abrangência de tais estereótipos misóginos.

## REFERÊNCIAS

BODDICE, Rob. **The history of emotions**. Manchester: Manchester University Press, 2018.

BURKE, Peter. **A cultura popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

CLARK, Sandra. **Women and Crime in the Street Literature of Early Modern England**. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

CLARK, Stuart. **Pensando com demônios: a ideia de bruxaria no princípio da Europa Moderna**. São Paulo: EDUSP, 2006.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

HILL, Alexandra, “**Bloudy Tygrisses**”: Murderous Women in Early Modern English Drama and Popular Literature. Electronic Theses and Dissertations. University of Central Florida, 2009.

KRAMER, Heirinch; SPRENGER, James. **O Martelo das feiticeiras – Malleus maleficarum**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.

LIEBEL, Silvia. Ingratas e pérfidas Medeias! Infanticídio e normatização da sexualidade feminina na literatura de rua francesa dos séculos XVI e XVII. **Revista**

**Topoi**. Rio de Janeiro, v.16, n.30, pp.182-202, 2015. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/topoi/v16n30/2237-101X-topoi-16-30-00182.pdf> Acesso em 08.07.2019.

LOPES, Maria José Ferreira. De Pandora a Eva: fontes antigas da misoginia ocidental. **Diacrítica**, Braga, v. 26, n. 2, p. pp. 490-511, 2012. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/dia/v26n2/v26n2a28.pdf> . Acesso em 31.05.2019.

MASHBURN, Joseph H. & VELIE, Alan R. (Org). The most cruel and the bloody murder. In: **Blood and knavery**: a collection of English Renaissance pamphlets and ballads of crime and sin. Rutherford: Fairleigh Dickinson University Press, 1973.

MEGGS, Phillip B. & PURVIS, Alston. **História do design gráfico**. São Paulo: Cosac & Naif, 2009.

MUNCHEMBLED, Robert. **Uma história do Diabo**: séculos XII-XX. São Paulo: Bom Texto, 2001.

ORLIN, Lena Cowen. A Case for Anecdotalism in Women's History: the witness who spoke when the cock crowed. *English Literary Renaissance*, Chicago, v. 31, n.1, pp. 52-77, 2001.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana M. & GROSSI, Miriam (Orgs.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

RANKE-HEINEMANN, Uta. **Eunucos pelo reino de Deus**: mulheres, sexualidade e a Igreja Católica. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1999.

RAYMOND, Joad. **Pamphlets and pamphleteering in Early Modern Britain**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

RUSSEL, Jeffrey & ALEXANDRE, Brooks. **História da Bruxaria**. São Paulo: Aleph, 2019.

THOMAS, Keith. **Religião e o declínio da magia**: crenças populares na Inglaterra - séculos XVI e XVII. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

VASCONCELOS, Vânia N. P. Visões sobre as mulheres na sociedade ocidental. **Revista Ártemis**, n. 3, pp. 1-10, 2005. Disponível em <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/2209/1948>. Acesso em 08.07.2019.

**WILTENBURG, Joy. Disorderly Women and Female Power in the Street Literature of Early Modern England and Germany.** Charlottesville e Londres: University Press, 1992.